



**Ata da 4ª (quarta) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 02 (dois) de Março de 2026 (dois mil e vinte e seis), 2ª (segunda) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.**

Às 17 (dezesete) horas do dia 02 (dois) de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Tia Janne. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Professora Ana Maria; Sérgio Morato e Zê de Zuzá. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, cumprimentando a todos os presentes e ouvintes, e fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 005/2026, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos bases dos servidores civis efetivos do poder executivo do Município de Altaneira - CE, e dá outras providências - Relator sorteado: Vereador Paulo Robson; Item 2: Ofício nº 042/2026, do Poder Executivo, referente a sanção das Leis Municipais nºs: 1.004/2026, 1.005/2026, 1.006/2026 e 1.007/2026; Item 3: Informações, da Câmara dos Deputados, acerca das transferências de recursos da União (constitucional, legal e voluntária) aos municípios; Item 4: Convite, da Câmara Municipal de Fortaleza, para Oficina de Planejamento Estratégico no Poder Legislativo Municipal; Item 5: Ofício nº 02.26.001/2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, encaminhando a documentação da Prestação de Contas de todas as Secretarias Municipais, referente ao mês de Janeiro de 2026 e Item 6: Projeto de Lei nº 005/2026, de autoria do Vereador Paulo Robson, que dispõe sobre a inclusão do estudo da história e da cultura local no currículo da rede municipal de ensino de Altaneira e dá outras providências - Relator sorteado: Vereador Paulo Geaneo. Relatoria não aceita, matéria encaminhada à Comissão Permanente. Seguindo para os registros da Presidência, inicialmente o Presidente Professor Deza Soares, após cumprimentar os presentes e registrar as presenças no Plenário, informou o recebimento do Ofício nº 020/2026, encaminhado pela Paróquia Santa Teresa de Jesus, solicitando doações de um vatapá, ingredientes para a confecção de um ou, alternativamente, a contribuição no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em comemoração à festa de São José, marcada para o dia 19 (dezenove) de março de 2026 (dois mil e vinte e seis). Ao tratar das datas comemorativas, reforçou homenagem prestadas nas redes sociais oficiais da Câmara sobre a promulgação da primeira Constituição Republicana do Brasil, em 24 (vinte e quatro) de fevereiro de 1891 (mil oitocentos e noventa e um), destacando sua importância para a consolidação da República, bem como a relevância da data como símbolo da conquista do voto feminino no país, representando um avanço para a democracia e para a participação das mulheres na política. Informou ainda que, no último dia 26 (vinte e seis), acompanhou o início das obras de ampliação da rede de abastecimento de água no bairro Telma Dias, nas imediações do Prado, em Altaneira, destacando que a ação beneficiará cerca de dez residências em construção na localidade. Na oportunidade, agradeceu aos servidores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará e ao secretário de Recursos Hídricos, Fernando Santana, pelo apoio à execução da obra. Quanto à pauta da sessão, comunicou que seriam apreciados pedido de urgência encaminhado pelo Poder Executivo e requerimentos apresentados pelos vereadores. Por fim, registrou sua participação no evento de lançamento da pré-candidatura ao Senado do deputado José Guimarães, realizado em Juazeiro do Norte, com a presença de lideranças da região do Cariri. **TEMA LIVRE:** a vereadora Professora Ana Maria registrou sua participação no Encontro de Lideranças do Cariri, realizado no último dia 28 (vinte e oito), em Juazeiro do Norte. Na ocasião, acompanhou o lançamento das pré-candidaturas de José Guimarães ao Senado e de Fernando Santana a deputado federal.



declarando apoio aos referidos nomes. Informou que esteve presente ao lado da prefeita Ana Késia, da vereadora Tia Janne e de integrantes da Associação das Mulheres Empreendedoras do Agronegócio, destacando a importância do fortalecimento da participação feminina em todos os setores da sociedade. Parabenizou as integrantes da associação pelo trabalho desenvolvido e colocou seu mandato à disposição para colaborar com as demandas do grupo. A vereadora também parabenizou o Presidente Professor Deza Soares pelo início das obras de ampliação da rede de abastecimento de água no município, reconhecendo o esforço conjunto dos envolvidos, inclusive da Companhia de Água e Esgoto do Ceará e do secretário Fernando Santana. Destacou que a ação atende a reivindicações da comunidade e reafirmou sua satisfação quando as demandas da população são atendidas. Em seguida, agradeceu às manifestações de apoio que tem recebido da população após declarar apoio à gestão da prefeita Ana Késia. Destacou que muitas pessoas, inclusive algumas que imaginava que reagiriam de forma contrária, enviaram mensagens de compreensão e apoio, o que, segundo afirmou, tem lhe dado força e tranquilidade para seguir exercendo o mandato. Ressaltou que respeita as críticas e opiniões divergentes, mas reiterou que sua decisão foi tomada com responsabilidade e consciência tranquila, reafirmando que seu compromisso permanece sendo com o povo de Altaneira. Declarou que continuará respondendo a qualquer questionamento com trabalho e dedicação, mantendo postura de respeito, sem ataques pessoais. Ao mencionar questionamentos surgidos após seu reposicionamento político, fez referência à existência de um "traidor" em seu antigo grupo político, afirmando que não se trata dela nem de seu esposo. Informou que não apontaria nomes, mas que os fatos seriam de conhecimento público. Reafirmou sua permanência no mesmo partido e a manutenção de seus apoios políticos, destacando que continuará firme em suas convicções e à disposição da população. O vereador Zé de Zuza novamente manifestou apoio às declarações da vereadora Professora Ana Maria, reforçando boas-vindas ao grupo e colocando-se à disposição, na condição de líder do PSB, afirmando que a bancada estará pronta para colaborar no que for necessário. Em seguida, registrou visita realizada à comunidade da Serra do Valério, onde esteve em uma escola atualmente desativada. Relatou ter ficado impressionado com a estrutura física do prédio, que considerou de boa qualidade, mas destacou o estado de abandono em que se encontra. Informou que já há requerimento apresentado pelo vereador Paulo Robson, no ano passado, solicitando a reforma e revitalização do imóvel, e declarou que sua visita tem o objetivo de reforçar a referida solicitação junto à gestão municipal. Acrescentou que, em conversa com a prefeita Ana Késia, foi informado da existência de projeto em andamento, reconhecendo, contudo, que se trata de obra de custo elevado. Em aparte, o vereador Paulo Robson confirmou que o requerimento mencionado foi aprovado por unanimidade, após demanda apresentada pela comunidade da Serra do Valério. Destacou que a matéria já foi debatida na Casa e que a execução da obra depende das condições orçamentárias do Poder Executivo. Ressaltou que, à época, a prefeita já havia mencionado as dificuldades financeiras para custear a reforma com recursos próprios, considerando o avançado estado de deterioração do prédio, mas apontou a possibilidade de viabilização por meio de parcerias ou emendas parlamentares. Afirmou ainda que a visita do vereador Zé de Zuza fortalece a reivindicação e demonstra a união dos parlamentares em favor da comunidade. Retomando a palavra, o vereador Zé de Zuza informou que realizou a visita acompanhado do Secretário Municipal de Meio Ambiente, destacando que o prédio já havia sido apresentado à gestão anterior, sem que providências efetivas fossem adotadas. Criticou o estado de conservação do imóvel, mencionando a presença de mato alto, árvores e muitos sinais de abandono, inclusive com relatos de uso inadequado do espaço. Diante disso, solicitou à prefeita e à Secretaria de Infraestrutura que seja realizada, ao menos, a limpeza do local, como medida inicial para melhorar as condições do espaço e evitar maiores prejuízos ao patrimônio público. Observou ainda que a quadra existente no local apresenta condições parcialmente aproveitáveis, reforçando a importância de preservação do equipamento. Ademais, aproveitou para solicitar ao secretário de Infraestrutura, Antônio Leite, o envio de máquinas para realizar melhorias nas estradas das comunidades da região, especialmente Taboquinha e Tabuleiro, ressaltando que os veículos responsáveis pelo transporte escolar têm enfrentado dificuldades de tráfego, e pediu atenção à





a abrir o placar, mas sofreu o gol de empate nos minutos finais, levando a decisão para a disputa de pênaltis, na qual acabou sendo eliminada. Mesmo diante do resultado, parabenizou o treinador Pedro Rafael e todos os atletas pela dedicação e pela boa atuação, ressaltando que o trabalho desenvolvido representa um importante início para o fortalecimento do esporte no município. O vereador também mencionou a participação recente da equipe feminina de futebol de Altaneira em competição intermunicipal realizada em Salitre, destacando que, embora os resultados ainda estejam em construção, a iniciativa representa um passo importante para o desenvolvimento do esporte feminino no município. Por fim, parabenizou atletas, comissão técnica e a equipe da Secretaria de Esportes pelo incentivo às atividades esportivas, reconhecendo o apoio da gestão municipal às ações voltadas ao fortalecimento do esporte local, bem como cumprimentou a nova Assessora da Casa, Sandy Thiemy. Em aparte, o vereador Zé de Zuza Em aparte, o vereador Zé de Zuza manifestou votos de pesar pelo falecimento do senhor Pedro Dias, solidarizando-se com seus familiares e amigos. Assim, deixou seus sentimentos ao seu colega Henrique, hoje Presidente da Associação dos Apicultores do Córrego e ao ex-marido de Dona Maria Basto. O vereador Professor Nonato cumprimentou a nova assessora da Casa, Sandy Thiemy, desejando-lhe boas-vindas e êxito em suas atividades. Em seguida, manifestou votos de pesar pelo falecimento do senhor Mozart Peixoto, conhecido no município como Seu Mozar, solidarizando-se com familiares e amigos. Destacou a trajetória de vida do homenageado, ressaltando seu espírito de luta e sua atuação como integrante da Marinha Brasileira, rogando a Deus que conforte os corações dos familiares e conceda descanso eterno ao falecido. Dando continuidade, o vereador dirigiu-se à vereadora Professora Ana Maria, parabenizando-a pela coragem de tornar pública sua decisão política de passar a acompanhar a prefeita Ana Késia. Contudo, solicitou que, da mesma forma, esclarecesse a quem se referia ao mencionar a existência de um "traidor" em seu antigo grupo político. Observou que, como vários vereadores foram eleitos no mesmo grupo político, comentários dessa natureza poderiam gerar interpretações equivocadas entre a população. Durante sua fala, o parlamentar citou o ex-governador Leonel Brizola, recordando um pensamento atribuído ao líder político de que a política pode conviver com divergências, mas não perdoa a traição. Com isso, afirmou não desejar ser visto como traidor por parte da população e reforçou a importância de que eventuais acusações sejam feitas de forma clara e responsável. Destacou que cada agente público deve assumir a responsabilidade por suas próprias decisões e posicionamentos, evitando que outros sejam injustamente associados a situações que não lhes dizem respeito. Em aparte, o vereador Júnior do Povo também cumprimentou a nova assessora da Casa, Sandy Thiemy, desejando-lhe boas-vindas. Em seguida, manifestou solidariedade às famílias enlutadas do município. Na sequência, voltou a cobrar providências da Secretaria de Infraestrutura quanto à iluminação pública em algumas ruas da cidade. Citou, especialmente, a Rua Pedro Ângelo, que, segundo relatou, está há mais de um mês sem iluminação, bem como a Rua Antônio Pereira Magalhães, que também enfrenta o mesmo problema há vários meses. O vereador pediu que o secretário realize visitas noturnas às localidades para verificar a situação e tomar as providências necessárias. Ainda em sua fala, destacou as dificuldades enfrentadas por moradores da comunidade do Tabuleiro, especialmente em um trecho de estrada que liga a localidade à região que liga a residência do senhor Zequinha à Chicola. Informou que o trecho se encontra em condições precárias, dificultando o tráfego e prejudicando cerca de dez famílias que residem na área. Diante disso, solicitou ao secretário de Infraestrutura e aos vereadores que reforcem a atenção para a situação, buscando soluções que garantam melhores condições de acesso para os moradores da comunidade. O vereador Sérgio Morato registrou que a semana passada foi dedicada a diversas visitas e conversas com pessoas da comunidade e com lideranças políticas, ressaltando que tem buscado aprender e adquirir mais conhecimento para o exercício do mandato. Relatou que, na semana passada, uma pessoa próxima sofreu um incidente e precisou de atendimento no hospital. Informou que, no dia seguinte, foi visitá-la para saber como havia sido o atendimento e que recebeu avaliação positiva sobre os serviços prestados. Acrescentou que também esteve na unidade hospitalar visitando outros pacientes e conversando sobre o atendimento, ocasião em que ouviu elogios à equipe de saúde. Diante disso, registrou seus parabéns à secretária de Saúde, Ivanna, e à equipe da pasta pelo



trabalho realizado. Em seguida, comentou sobre a participação das seleções de futebol do município em competições recentes. Destacou a estreia da equipe feminina em Salitre, ressaltando que, embora o resultado não tenha sido o esperado, a experiência foi importante para as atletas, que participaram pela primeira vez de uma competição em campo gramado. Também mencionou a participação da seleção masculina no campeonato intermunicipal, reforçando o reconhecimento ao empenho dos atletas e ao apoio do Governo Municipal ao esporte. O vereador também comentou sobre o funcionamento do mercado público municipal, lembrando que havia sido discutida anteriormente a questão do horário de funcionamento. Informou que realizou algumas visitas ao local e verificou que o estabelecimento tem permanecido aberto até as 14 (quatorze) horas. Acrescentou que conversou com o secretário de Infraestrutura, Antônio Leite, que informou estar avaliando a possibilidade de retorno ao horário normal de funcionamento, até as 17 (dezessete) horas. Por fim, registrou que, em conversa com o mesmo secretário, foi informado sobre providências relacionadas à infraestrutura do município, como a realização de um desvio de acesso na comunidade do Tabuleiro, em razão das obras de calçamento, bem como a recuperação de trecho da estrada na região do São Romão. Destacou a importância de os vereadores acompanharem de perto as demandas das comunidades e manterem a população informada sobre as ações realizadas pela gestão municipal. O vereador Professor Deza Soares também apresentou condolências às famílias enlutadas, em especial à família do senhor Mozart, destacando que se tratava de uma pessoa que contribuiu com o município de Altaneira. Manifestou igualmente pesar pelo falecimento do senhor Pedro Dias, ressaltando sua representatividade no Distrito de São Romão, especificamente na comunidade das Bananeiras. Na oportunidade, registrou a importância das demandas apresentadas pelas comunidades ao Poder Legislativo, ressaltando que tais solicitações vêm sendo atendidas, seja por meio da atuação desta Casa, seja por iniciativas das próprias secretarias municipais. Assim, deixou consignados agradecimentos sempre que os pleitos encaminhados pelos vereadores recebem a devida atenção por parte da gestão. Em seguida, a pedido do vereador Júnior do Povo, solicitou à secretária da mesa a leitura de um convite encaminhado ao referido parlamentar pela Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, para participação no Encontro Legislativo e Políticas de Juventude, a realizar-se no dia 16 (dezesseis) de março do corrente ano. O vereador Júnior do Povo agradeceu a leitura do convite e registrou agradecimento à Presidência da República pelo reconhecimento ao mandato parlamentar e pelo encaminhamento do convite para participação no Encontro Legislativo e Políticas de Juventude. Destacou a relevância do evento como espaço de diálogo sobre políticas públicas voltadas à juventude, envolvendo representantes de diversas regiões do país. Na ocasião, solicitou a compreensão da Presidência da Casa para viabilização de sua ida a Brasília, considerando tratar-se de convite institucional oriundo da Presidência da República. Ressaltou que a participação poderá contribuir para o fortalecimento do diálogo e da construção de políticas voltadas à juventude, não apenas do município de Altaneira, mas também em âmbito regional e nacional. De volta com a fala, o Presidente informou que analisaria a solicitação. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Solicitação de urgência, do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 005/2026, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos bases dos servidores civis efetivos do poder executivo do Município de Altaneira - CE, e dá outras providências. Já tendo sido a matéria lida no expediente, a mesma foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade, verificada a ausência do voto do Vereador Paulo Geaneo. Item 2: Requerimento nº 011/2026, de autoria do Vereador Sérgio Morato, solicitando a construção de lombadas elevadas devidamente sinalizadas com faixas de pedestres na avenida Francisco Alves bitu, zona urbana deste município. Após a leitura da matéria, o autor da mesma lembrou que, conforme já havia mencionado anteriormente, durante visitas realizadas na semana anterior foi questionado por um pai de aluno sobre a possibilidade de adoção de medidas de segurança na área localizada no sentido Assaré-Altaneira, nas proximidades da Areninha. Segundo relatou, o local apresenta risco devido à circulação intensa de veículos em alta velocidade, especialmente considerando a existência de uma escolinha de futebol coordenada por Daniel, que



reúne mais de sessenta crianças com idades entre seis e dez anos. Diante disso, explicou que a proposição tem como objetivo solicitar a instalação de uma lombada elevada acompanhada de faixa de pedestres, com a finalidade de reduzir a velocidade de motocicletas e automóveis que transitam pelo trecho. Ressaltou ainda que, como o espaço ainda não possui rede de proteção, é comum que a bola ultrapasse os limites do campo, fazendo com que as crianças se desloquem para a via, o que aumenta o risco de acidentes. Assim, justificou que o requerimento busca garantir maior segurança para os frequentadores do local. Após, não havendo inscritos para a discussão da matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 3: Requerimento nº 012/2026, de autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando a isenção do pagamento do IPTU para os proprietários de terrenos ou lotes que sejam contemplados com os auxílios sociais dos Governos Federais, Estaduais e/ou Municipal. Após a leitura, o vereador Professor Nonato registrou que apresenta, com satisfação, mais uma reivindicação em favor da população de Altaneira. Relatou que tem acompanhado de perto as cobranças do IPTU no município e destacou que, no último ano, houve aumento significativo nos valores, em alguns casos chegando a triplicar em relação ao que era pago anteriormente. Ressaltou que grande parte da população altaneirense depende de políticas públicas sociais e, por isso, o aumento do imposto acaba comprometendo ainda mais o orçamento das famílias. Citou, inclusive, situações em que o IPTU está sendo cobrado de pessoas que possuem apenas um terreno e são beneficiárias de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. Segundo o vereador, muitas dessas pessoas receberam o terreno por doação ou herança, mas não possuem condições financeiras para construir ou vender o imóvel. Assim, a cobrança do imposto, especialmente em valores elevados, acaba prejudicando ainda mais quem já enfrenta dificuldades financeiras. Diante disso, reforçou que o requerimento solicitando à prefeita municipal que avalie a possibilidade de isentar do pagamento do IPTU, ou ao menos estabelecer um valor simbólico, para proprietários de terrenos que sejam beneficiários de programas sociais, refere-se não a casas, mas sim à terrenos, lembrando, inclusive, a ação do ex-prefeito Delvamberto Soares, que criou o "Cartão Mãe". Destacou que a medida teria caráter social e ajudaria a evitar que essas famílias acumulem dívidas com o município e sejam inscritas na dívida ativa. Por fim, pediu o apoio dos demais vereadores à proposta, ressaltando que a iniciativa busca garantir mais justiça social e aliviar a situação de cidadãos que não possuem condições de arcar com a cobrança do imposto. Na discussão da matéria, o vereador Paulo Robson registrou que, ao analisar a proposta na sexta-feira, quando os parlamentares tiveram acesso às matérias da pauta, surgiram algumas dúvidas, não quanto às intenções do vereador proponente, que considerou legítimas, mas quanto aos limites legais da iniciativa. Destacou que todos os vereadores, independentemente de integrarem a base de governo ou a oposição, têm interesse em contribuir com medidas que beneficiem a população mais carente, inclusive no que diz respeito à redução ou isenção de taxas e impostos, sempre que isso estiver ao alcance do Poder Legislativo. Ressaltou, entretanto, que matérias que gerem despesas ou tratem diretamente de arrecadação são de competência do Poder Executivo, não podendo ser propostas pela Câmara por questões legais e constitucionais. Observou, contudo, que a proposição apresentada trata-se de um requerimento, ou seja, de um pedido para que o Executivo analise a situação e avalie a possibilidade de adotar a medida sugerida. Assim, por não gerar obrigação direta nem despesa imediata, considerou que a matéria é regimental e pode ser apreciada pela Casa. Por fim, afirmou que, caso a intenção seja beneficiar a população em situação de vulnerabilidade social, acredita que não haverá resistência por parte dos vereadores em apoiar a iniciativa, ressaltando que a Câmara tem demonstrado, em votações anteriores, disposição para aprovar medidas que tragam benefícios à população mais carente do município. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 4: Requerimento nº 013/2026, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando informações referentes à 1ª medição do município junto à empresa Salinas Empreendimentos e Construções LTDA. Após a leitura, o vereador Júnior do Povo esclareceu que a solicitação apresentada decorre de questionamentos que já havia levantado anteriormente. Recordou que, no mês de dezembro, chamou



atenção para o fato de que a liquidação do empenho ocorreu na mesma data, circunstância que, em sua avaliação, merece esclarecimentos. Diante disso, destacou a importância de que a Secretaria responsável apresente informações detalhadas acerca do processo, especificando quem recebeu a obra, quem atestou a nota fiscal e de que forma se deu a execução dos serviços. Ressaltou que o valor mencionado, R\$ 1.200.243,68 (um milhão, duzentos mil, duzentos e quarenta e três mil reais e sessenta e oito centavos), representa uma quantia significativa, especialmente considerando que se refere a reformas em unidades escolares. Acrescentou que, embora frequentemente se mencione a aplicação de recursos de precatórios nas escolas, é necessário verificar de forma clara como ocorreu a execução dessas despesas e se os serviços foram realizados conforme previsto. Ao final, afirmou que aguarda as informações solicitadas para que possam ser analisadas com maior profundidade. Após, não havendo inscritos para a discussão da matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade, verificada a ausência da Vereadora Professora Ana Maria no Plenário no momento da votação. Item 5: Requerimento nº 014/2026, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando informações referentes à 1ª medição do município junto à empresa Vision Construções e Serviços LTDA. Após a leitura da matéria, o vereador Júnior do Povo registrou estranheza quanto aos valores destinados à reforma da Escola Francenilda Bitu. Comparou a situação a reformas que ocorriam anteriormente na Câmara Municipal, quando, segundo ele, diferentes gestões realizavam intervenções no prédio. Informou que, no caso da referida escola, duas empresas distintas realizaram reformas. De acordo com o parlamentar, a primeira teria executado serviços no valor de R\$ 119.826,65 (cento e dezenove mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos), enquanto a segunda recebeu o montante de R\$ 157.243,86 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e oitenta e seis centavos), totalizando aproximadamente R\$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais) em despesas no mesmo mês, dezembro, conforme dados disponíveis no Portal da Transparência. Relatou que, ao analisar as informações, questionou o motivo da contratação de duas empresas para serviços na mesma unidade escolar, bem como os critérios utilizados para definição dos valores. Ressaltou que não pretende fazer julgamentos antecipados, mas destacou a necessidade de esclarecimentos quanto ao processo administrativo, à forma de contratação e à execução dos serviços. Segundo o parlamentar, a primeira empresa mencionada teria realizado a construção de uma sala de professores, dois banheiros, revestimento de um muro e um quarto que, segundo afirmou, sequer teria sido concluído. Diante disso, ressaltou a importância de que sejam apresentadas informações detalhadas sobre as medições e sobre quem atestou a execução dos serviços. Acrescentou que pretende analisar a documentação com auxílio técnico, inclusive de profissional da área de engenharia, a fim de verificar a regularidade das informações. Por fim, afirmou que as informações mencionadas constam no Portal da Transparência e que, diante disso, considera necessário o esclarecimento dos fatos. Defendeu a aprovação do requerimento apresentado, ressaltando que cabe aos vereadores exercer a função de fiscalização dos recursos públicos, para posteriormente avaliar os fatos com base nas informações oficiais. Na discussão da matéria, o vereador Professor Nonato considerou "curioso" se falar em tantos milhões de despesas nas escolas do município, registrando que, ao seu ver, a atual administração realmente "gosta de milhões". Registrou ainda que se fala muito na gestão passada, porém, afirmou que nessa mesma gestão havia uma empresa responsável pela manutenção predial das escolas, cujo contrato previa um valor anual aproximado de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Observou que, atualmente, já foram citadas despesas superiores a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) apenas no mês de dezembro para reformas e manutenções escolares. Segundo o parlamentar, mais importante do que o número de empresas envolvidas é verificar se os serviços contratados estão sendo efetivamente executados e se correspondem aos valores pagos pela administração pública. Diante disso, informou que pretende subscrever o requerimento apresentado pelo vereador Júnior do Povo, solicitando ainda a ampliação do pedido para que seja encaminhada à Câmara a relação dos funcionários registrados das empresas responsáveis pelos serviços, com o objetivo de acompanhar quantos profissionais atuaram nas obras e por quanto tempo trabalharam.



Segundo ele, essas informações poderiam contribuir para esclarecer eventuais dúvidas quanto à execução dos serviços. Na sequência, o parlamentar também mencionou dados sobre despesas do município, comparando os valores destinados às reformas escolares com outros gastos públicos, como o gasto de apenas R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) em medicamentos no ano passado e a contrapartida de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em quatro noites de festas. Registrou ainda que, em sua avaliação, os valores mencionados anteriormente poderiam ter sido destinados ao pagamento de bonificação aos professores no final do ano. Acrescentou que o atual secretário municipal de Educação não tem realizado o pagamento do bônus aos profissionais das escolas contempladas com o prêmio Escola Nota 10 nos anos de 2022 (dois mil e vinte e dois) e 2023 (dois mil e vinte e três). O vereador Paulo Robson registrou que os vereadores da base de governo têm demonstrado, desde o início do ano passado, a forma como entendem que deve atuar um parlamentar da situação quando o assunto é fiscalização. Destacou que, em legislaturas anteriores, inclusive na imediatamente anterior, pedidos simples de informação apresentados por vereadores da oposição eram frequentemente rejeitados. Ressaltou, contudo, que na atual legislatura os vereadores da base têm votado favoravelmente a requerimentos dessa natureza, por entenderem que esse também é papel do vereador. Afirmou, todavia, que alguns pontos precisam ser esclarecidos antes mesmo do envio das informações pelo Poder Executivo, para que a população compreenda corretamente os fatos. Nesse sentido, observou que é necessário cautela ao tratar dos gastos com manutenção em escolas, destacando que a atuação de duas empresas em uma mesma unidade não significa, necessariamente, irregularidade, pois podem se tratar de serviços distintos. Nesse caso, explicou que uma empresa foi contratada por dispensa de licitação para a construção de uma nova sala de aula, em razão do aumento de matrículas, enquanto outra atuava em serviços de manutenção predial. Acrescentou que todas as informações mencionadas encontram-se disponíveis no Portal da Transparência e citou que, nos anos de 2023 (dois mil e vinte e três) e 2024 (dois mil e vinte e quatro), foram registrados os valores de R\$ 1.162.721,77 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e um reais e setenta e sete centavos) e R\$ 1.135.461,66 (um milhão, cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos), respectivamente, em serviços de manutenção nas escolas do município. Ressaltou ainda que, apesar dos valores licitados para reformas, até o momento havia sido pago pouco mais de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). O vereador também destacou que a atual gestão tem buscado recursos para o município, mencionando investimentos provenientes de parcerias com os governos estadual e federal, destinados a áreas como calçamento rural (R\$ 1.680.000,00), pavimentação urbana (mais de R\$ 1.000.000,00), saúde (mais de R\$ 2.800.000,00) e ampliação de unidades básicas de saúde (mais de R\$ 800.000,00). Prosseguindo, reforçou que houve mudança de postura em relação aos pedidos de informação no Legislativo municipal, afirmando que requerimentos desse tipo, que antes eram barrados quando apresentados por vereadores da oposição, hoje são aprovados pela atual bancada governista. Segundo ele, a base de governo tem demonstrado, por meio de suas votações, que não se opõe à fiscalização e que tem votado favoravelmente às solicitações de informações por compreender que essa é uma atribuição legítima do Poder Legislativo. Defendeu, contudo, que as discussões sejam feitas com responsabilidade e análise prévia das informações disponíveis, ressaltando que questionamentos sobre despesas públicas não devem ser apresentados de forma que possam sugerir, sem a devida análise, a existência de irregularidades. Em aparte, a vereadora Tia Janne afirmou que “essas regularidades já existiam (...) e que eles acham que nessa gestão vai haver essas irregularidades”. Destacou que o município tem realizado investimentos significativos, citando como exemplos os gastos com fardamento escolar, ressaltando que, atualmente, os alunos da rede municipal dispõem de uniformes de boa qualidade. Mencionou ainda investimentos em vans e ônibus para o transporte escolar, bem como na aquisição de material didático. Acrescentou que, embora sejam frequentemente mencionados “milhões”, muitas vezes não se reconhecem os benefícios proporcionados por esses investimentos. Defendeu que é necessário observar os avanços e benefícios trazidos ao município, ressaltando que o desenvolvimento de Altaneira também ocorre por meio de parcerias com parlamentares e lideranças políticas que destinam



recursos e contribuem para melhorias no município. Retomando a palavra, o vereador Paulo Robson registrou que a colega reforçou seu entendimento de que a gestão municipal realmente gosta de “milhão”, mas investir esses recursos em benefício da população. Citou, como exemplo, investimentos superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em material pedagógico para as escolas, além de aproximadamente R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) destinados à aquisição de fardamento e kits escolares. Concluiu afirmando que, em sua avaliação, trata-se de uma gestão que tem se preocupado em realizar investimentos e oferecer serviços e melhores condições de vida à população de Altaneira. O vereador Júnior do Povo afirmou que alguns vereadores não compreenderam o conteúdo do requerimento após a leitura realizada pela secretária da Mesa. Destacou que, no último parágrafo do documento, consta expressamente que o pedido não possui caráter acusatório, tendo como objetivo garantir a transparência, a segurança jurídica e administrativa na correta aplicação dos recursos públicos destinados à educação do município. Diante disso, questionou quem teria feito acusação de roubo. Acrescentou que o líder do governo deveria se comportar como tal e reforçou que os vereadores têm como função fiscalizar. Ressaltou ainda que, em seu requerimento, não está acusando ninguém, mas apenas solicitando informações para que possam ser analisadas posteriormente. Afirmou que somente após o recebimento das informações será possível avaliar os fatos e verificar se houve ou não irregularidades. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade, verificada a ausência do Vereador Sérgio Morato no Plenário no momento da votação. Item 6: Requerimento nº 015/2026, de autoria do Vereador Paulo Geaneo, solicitando que seja expedido CONVITE ao representante legal da Empresa BF Empreendimentos Ltda, inscrita no CNPJ nº 22.456.063/0001-90, empresa contratada pelo Município para prestação de serviços de locação de veículos, a fim de que compareça a esta Casa Legislativa para prestar esclarecimentos acerca da execução contratual referente ao transporte. Após a leitura da matéria, o vereador Paulo Geaneo registrou que foi procurado por estudantes universitários que utilizam o transporte disponibilizado pelo município para se deslocarem diariamente às instituições de ensino. Informou que as reclamações referem-se principalmente aos alunos que realizam o trajeto para a cidade de Juazeiro do Norte, nos turnos da manhã e da tarde. Relatou que, na semana passada, sua filha iniciou as atividades acadêmicas e, já no segundo dia, foram registrados problemas no transporte, incluindo falhas mecânicas nos veículos e atrasos no trajeto. Segundo o vereador, houve situações em que ônibus apresentaram defeitos durante o percurso e precisaram ser substituídos, além de casos em que o veículo sequer conseguiu concluir o trajeto previsto. Informou que fez o requerimento na sexta-feira da semana passada, durante a reunião da Comissão Permanente e, coincidentemente, após essa reunião, o secretário municipal de Educação encaminhou o Ofício nº 129/2026, à empresa responsável pelo serviço de transporte universitário, BF Empreendimentos Ltda. No documento, conforme leu, foram relatadas irregularidades recorrentes na prestação do serviço, especialmente quanto à falta de pontualidade, atrasos frequentes e dificuldades de comunicação com o motorista responsável pela rota, o qual, segundo relatos, não estaria atendendo às ligações telefônicas dos estudantes. Menciona a necessidade de realização de vistoria nos veículos antes do início das viagens, procedimento considerado essencial para garantir a segurança dos passageiros e o adequado funcionamento do transporte. Destacou ainda que os ônibus têm apresentado falhas mecânicas constantes, o que compromete a regularidade do serviço, a segurança dos estudantes e a confiabilidade do transporte contratado. Informou que, no referido documento, foram solicitadas providências imediatas por parte da empresa, incluindo a orientação e fiscalização do motorista envolvido, bem como a realização da manutenção necessária nos veículos ou sua substituição, quando necessário. Também foi solicitado o envio de resposta formal informando as medidas adotadas para solucionar definitivamente os problemas relatados. Reforçou que esse Ofício foi expedido no horário de 10 (dez) horas e 43 (quarente e três) minutos do dia 27 (vinte e sete), após ele ter protocolado o seu requerimento. Por fim, o vereador destacou que a elaboração do requerimento não se deu apenas por uma situação pessoal, mas em razão das diversas reclamações apresentadas pelos estudantes universitários, com os



quais se comprometeu a levar a demanda ao conhecimento da Câmara. Ressaltou ainda que os veículos ficaram cerca de dois meses sem operar durante o período de recesso, tempo que, segundo ele, poderia ter sido utilizado para a realização das devidas manutenções antes do início do ano letivo. O Presidente Professor Deza Soares parabenizou o vereador Paulo Geaneo pela iniciativa, destacando a importância do transporte escolar e universitário. Ressaltou que se trata de um serviço de grande responsabilidade, por envolver o deslocamento de estudantes que dependem desse transporte para frequentar regularmente a universidade. O vereador enfatizou a necessidade de acompanhamento e manutenção constantes dos veículos, observando que houve tempo suficiente para a realização de reparos e ajustes antes do início das atividades. Manifestou preocupação com a frequência dos problemas relatados, afirmando que, embora falhas eventuais possam ocorrer, a repetição dessas situações não é considerada normal. Destacou ainda que a responsabilidade é ainda maior em razão do trajeto percorrido, que inclui trechos mais complexos, como regiões de serra, o que exige maior cuidado com as condições dos veículos. Por fim, afirmou que o requerimento é importante para que a empresa responsável adote as medidas necessárias para corrigir os problemas e garantir melhores condições de transporte aos estudantes. Na discussão da matéria, o vereador Professor Nonato destacou que foi procurado por universitários para tratar das dificuldades relacionadas ao transporte, assim como relatado pelo vereador Paulo Geaneo. Ressaltou que, mesmo que a situação envolvesse apenas um familiar do vereador, ainda assim seria legítimo trazer o tema ao debate, uma vez que os estudantes também são cidadãos do município e usuários do serviço público. O vereador destacou perceber falta de organização na prestação do serviço de transporte universitário e ressaltou que a empresa BF Empreendimentos, responsável pelo transporte de alunos dentro do município, também executa o transporte universitário e presta serviços para diversas secretarias da administração municipal, como saúde e educação. Na oportunidade, citou valores aproximados relacionados aos contratos, mencionando que o transporte de alunos dentro do município, que o transporte universitário custaria entre R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) mensais, e que, somados os diversos contratos firmados com o município, os valores destinados à empresa poderiam ultrapassar entre R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) por ano. Diante disso, afirmou que, considerando o volume de recursos públicos envolvidos, a empresa tem a obrigação de prestar um serviço de qualidade à população. Ainda em sua fala, relatou ter presenciado, em diversas ocasiões, problemas com ônibus da referida empresa durante seus deslocamentos para o trabalho em Juazeiro do Norte, citando episódios de veículos quebrados, inclusive um que teria permanecido por cerca de quinze dias parado nas proximidades do Colégio Agrícola. Também relatou situação em que precisou buscar sua filha e outros estudantes durante a madrugada em razão de quebra de ônibus, bem como ocorrência recente em que um veículo teria quebrado por volta das duas horas da manhã, também nas proximidades do Colégio Agrícola. O vereador manifestou estranheza quanto ao fato de o secretário municipal ter divulgado nota pública pouco tempo após o protocolo do requerimento apresentado pelo vereador Paulo Geaneo, afirmando que a gestão estaria adotando providências, questionando por que as medidas não teriam sido tomadas anteriormente, já que, segundo ele, os problemas seriam recorrentes. Na ocasião, criticou a postura de secretários que, em sua avaliação, não demonstrariam o devido compromisso com a administração e com a população, lembrando o caso de importunação sexual ocorrido na Escola 18 de Dezembro onde, de acordo com o parlamentar, o secretário Adeilton teria afirmado por telefone que dali a poucos dias a aluna mudaria de escola e a situação estaria resolvida, quando, nesse ano, a situação se repetiu e o referido secretário tinha conhecimento e apenas agora lança uma nota afirmando que está tomando as devidas providências. Para encerrar, destacou que pretende solicitar levantamento detalhado dos contratos firmados com a empresa BF, reiterando que, diante dos valores envolvidos e da relevância do serviço prestado, é necessário assegurar respeito e qualidade no atendimento à população. Também informou que solicitará aos vereadores Paulo Geaneo e Júnior do Povo para subscrever o requerimento, ressaltando que aguardará a vinda do proprietário da empresa à Câmara para prestar esclarecimentos e que, caso isso não ocorra, entenderá que há proteção por parte de alguém da



administração. Em aparte, o vereador Júnior do Povo parabenizou o colega pela apresentação do requerimento. Informou que também é universitário e que o servidor Marcelo, diretor da Câmara, igualmente utiliza o transporte disponibilizado aos estudantes. Esclareceu que o serviço é destinado ao atendimento dos universitários do município, destacando que a oferta do transporte gratuito tem sido uma pauta recorrente em campanhas eleitorais ao longo das gestões municipais, sendo promessa frequentemente apresentada aos estudantes. Ressaltou, contudo, que se trata de uma demanda histórica que ainda carece de solução definitiva por parte dos entes públicos. Na oportunidade, agradeceu ao senhor João Paulo, a quem atribuiu dedicação no atendimento aos universitários e apoio na organização do transporte. Em seguida, apresentou informações sobre contratos firmados com a empresa responsável pelo serviço, mencionando que a empresa vencedora da licitação para o transporte escolar da rede municipal possui contrato no valor de R\$ 1.954.972,80 (um milhão, novecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos). Acrescentou que há ainda contratos com outras secretarias, citando R\$ 89.900,00 (oitenta e nove mil e novecentos reais) junto à Secretaria de Assistência Social, R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) na Secretaria de Infraestrutura e cerca de R\$ 1.030.700,00 (um milhão, trinta mil e setecentos reais) vinculados à Secretaria de Educação. Informou também que o valor mensal aproximado de cada ônibus utilizado seria de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). Diante dos valores citados, afirmou que a empresa tem a obrigação de disponibilizar veículos em boas condições de uso, ressaltando que o serviço não deve atender apenas os universitários, mas toda a população altaneirense que depende do transporte prestado pelo município. Por fim, destacou que a intenção do debate não é politizar a situação, mas assegurar que o serviço seja prestado de forma adequada. Acrescentou que, embora utilize o transporte e o considere confortável em muitos momentos, reconhece que atualmente há problemas recorrentes. Citou ainda que a empresa BF, vencedora da licitação, teria contratado a empresa Giovanna Turismo como prestadora de serviço, sendo esta responsável por alguns dos veículos utilizados, razão pela qual defendeu que o proprietário seja convidado a comparecer à Câmara para prestar os devidos esclarecimentos. O vereador Paulo Robson registrou que considera interessante a situação que está sendo discutida. Inicialmente, afirmou que é louvável a iniciativa do vereador Paulo Geaneo em demonstrar preocupação com o transporte universitário e em buscar informações e resolução sobre o tema. No entanto, ponderou que, ao tratar dessa questão, é inevitável lembrar do que foi vivenciado em anos anteriores. Destacou que não considera adequado permanecer apenas discutindo gestões passadas, uma vez que o atual governo já possui cerca de um ano de administração, o que permite comparações. Ainda assim, afirmou que, embora problemas como quebras de veículos possam acontecer eventualmente, a situação atual não se compara, segundo ele, às dificuldades enfrentadas pelos universitários em anos anteriores. Recordou que, naquele período, havia registros de ônibus quebrando durante o trajeto, vidros danificados e até estudantes enfrentando chuva dentro dos veículos, situações que ocorreram ao longo de todo o ano. Ressaltou que, mesmo diante das dificuldades, atualmente os universitários continuam contando com um ônibus confortável, organizado pela atual gestão, o que, segundo ele, tem sido inclusive comentado por estudantes de outros municípios como referência. Observou, contudo, que não tem visto o reconhecimento público dessas melhorias, embora reconheça que não é obrigação dos parlamentares elogiar ações da gestão. Afirmou que os universitários hoje recebem um nível mínimo de conforto que, segundo ele, não existia anteriormente. Em seguida, acrescentou que a prefeita e o secretário de Educação têm mantido diálogo com os universitários há mais de um ano acerca da regularização de uma associação estudantil. Explicou que a ideia seria organizar formalmente essa associação para que, em situações emergenciais, como problemas com os ônibus, os próprios universitários pudessem ter condições de buscar soluções com apoio do governo. Relatou que, até onde tem conhecimento, ainda não foi concluído o processo de organização e cadastro dos universitários necessário para a formalização completa dessa associação. Destacou também que o transporte universitário é realizado por meio de empresa contratada para locação de veículos, e que a gestão municipal decidiu destinar um dos ônibus para atendimento quase exclusivo dos universitários, medida que considerou positiva. Prosseguindo,



afirmou que problemas podem ocorrer e que isso é inevitável, mas reiterou que, caso a associação já estivesse devidamente organizada, talvez situações emergenciais pudessem ser resolvidas com maior rapidez pelos próprios estudantes, com apoio do governo. Declarou que, mantendo a linha adotada pela Câmara em relação a pedidos de informação e convites, entende que o requerimento deve ser aprovado. No entanto, registrou certa estranheza quanto ao procedimento adotado, observando que, em geral, a prática da Casa tem sido primeiro solicitar informações por meio de requerimento e, caso não haja resposta, posteriormente realizar convite ou convocação do responsável. Apesar disso, afirmou que tal circunstância não impede seu acompanhamento e apoio à matéria, concluindo que votará favoravelmente ao requerimento. Em aparte, o vereador Sérgio Morato manifestou apoio ao pedido apresentado pelo vereador Paulo Geaneo, destacando que o requerimento está bem elaborado. Observou que não há informações claras sobre a situação atual da associação dos universitários nem sobre os encaminhamentos para sua organização e funcionamento. Nesse sentido, sugeriu que a Câmara Municipal possa discutir a elaboração de um projeto de lei voltado ao apoio aos estudantes universitários, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade financeira. Ressaltou que alguns estudantes contam com melhores condições para custear despesas, mas que outros enfrentam maiores dificuldades. Assim, defendeu que a criação de uma proposta legislativa poderia contribuir para oferecer algum tipo de auxílio, inclusive relacionado ao transporte, beneficiando principalmente os estudantes mais carentes do município. O Presidente Professor Deza Soares manifestou discordância em relação à colocação do vereador Paulo Robson. Afirmou que concorda plenamente com a importância da existência de uma associação de universitários, destacando que sempre defendeu essa organização por considerá-la necessária e relevante. Contudo, ponderou que, no caso específico do transporte universitário, a responsabilidade pela prestação adequada do serviço é da empresa contratada. Ressaltou que, mesmo que a associação já estivesse formalmente constituída, caberia à empresa garantir o funcionamento regular do transporte e solucionar eventuais problemas. Acrescentou que, caso o transporte fosse realizado diretamente pelo município, a associação poderia atuar como apoio na busca por soluções. Entretanto, tratando-se de serviço prestado por empresa contratada, esta deve assumir a responsabilidade de corrigir falhas, providenciando, por exemplo, a substituição do veículo ou outras medidas necessárias para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço. Em seguida, o vereador Paulo Robson esclareceu que talvez não tenha se feito compreender. Assim, explicou que se referia a situações emergenciais, como, por exemplo, a quebra de um ônibus durante o trajeto, em que seria necessária uma solução imediata, sem tempo hábil para acionar o governo municipal ou mesmo a empresa responsável. Acrescentou que a colocação do Presidente acaba por reforçar o entendimento defendido em seu discurso. O vereador Paulo Geaneo registrou que concordaria com esse "relaxamento" da empresa caso a mesma não estivesse sendo paga. Ressaltou, contudo, que não possui nada contra a empresa BF e que a solicitação para que um representante compareça à Casa tem como objetivo promover um diálogo transparente e esclarecedor sobre a situação. Destacou que sua intenção não é prejudicar a empresa, o que, segundo afirmou, não condiz com sua postura, mas sim alertar para a necessidade de evitar problemas que possam colocar em risco os estudantes, prevenindo inclusive a possibilidade de acidentes. Acrescentou ainda que, embora reconheça que os ônibus atualmente utilizados oferecem mais conforto em comparação aos chamados "amarelinhos", ressaltou que, à época em que estes eram utilizados, a prefeitura não efetuava pagamentos nos mesmos moldes dos realizados atualmente à empresa contratada. Após, o vereador Júnior do Povo solicitou a palavra, por ser o presidente da associação dos universitários, porém, o Presidente Professor Deza Soares esclareceu que o vereador teve tempo para se inscrever e que já havia feito muitas concessões ao mesmo. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 7: Requerimento nº 016/2026, de autoria do Vereador Zé de Zuza, solicitando a instalação de manilhas na passagem molhada da sangria da Lagoa da localidade Serra do Valério, passagem essa que está atrapalhando o acesso das pessoas que transitam para as demais localidades. Após a leitura da proposição, o autor registrou a importância do requerimento, destacando que trata de uma solução



parcial para a situação da passagem molhada na sangria da Lagoa da Serra do Valério. Ressaltou que se trata de uma demanda antiga da população, especialmente dos moradores da região, que enfrentam grandes dificuldades no período chuvoso, quando a lagoa enche e transborda, comprometendo a passagem e colocando em risco as pessoas que transitam pelo local. Afirmou que a instalação de manilhas representa uma solução viável e necessária, pois permitirá o escoamento adequado da água, garantindo mais segurança e tranquilidade para os usuários da via. Destacou ainda que não se trata apenas de uma obra, mas de um investimento na qualidade de vida da população, assegurando o direito de ir e vir com dignidade e contribuindo para a prevenção de acidentes. Por fim, solicitou o apoio dos demais vereadores para a aprovação do requerimento e pediu ao Poder Executivo que atenda à demanda com sensibilidade e urgência. Não inscritos para a discussão da matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente Deza Soares agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 02 de março de 2026.

Paulo Roberto Lmt. de Oliveira













